

A HISTÓRIA DA MULHER NO BRASIL: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Maria Beatriz Nizza da Silva*

RESUMO

A História da Mulher é um campo novo de estudo no Brasil. Ela se inicia nos finais dos anos 70 e tem duas origens diferentes: o movimento feminista e sua influência nas Ciências Sociais; e uma dinâmica específica da pesquisa histórica, encaminhando o historiador da Demografia Histórica para a História da Família e finalmente à História da Mulher. Relaciona-se também a recente revolução documentária na História Social e o uso de novas espécies de fontes; mais relacionadas agora com a vida do dia-a-dia.

História da Mulher — Movimento feminista — História da Família — Instrução feminina.

A Universidade Brasileira e os estudos sobre a mulher

Área do saber ainda imprecisamente demarcada, pretendendo-se interdisciplinar, os estudos sobre a mulher dificilmente se impõem e ganham autonomia na estrutura universitária brasileira, demasiado conservadora para abandonar as disciplinas há muito cristalizadas. De todas as Universidades talvez a Universidade de São Paulo seja a mais difícil de abalar. Enquanto em outras, mais flexíveis, já existem desde 1981 núcleos de estudos sobre a mulher (nas Universidades Federais do Ceará, Paraíba, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e nas Universidades Católicas do Rio de Janeiro e São Paulo), só em 1985 docentes pesquisadores da Universidade de São Paulo se reuniram para fazer um levantamento de todos os cursos e pesquisas que tivessem como objeto a mulher e as relações de gênero.

Prof. Titular da FFLCH/USP - Depto. de História.

Constituiu-se então o Núcleo Mulher que lançou o seu primeiro Boletim em maio de 1986, com informações sobre os seminários organizados nesse ano ("A mulher em sociedades negro-africanas", "A violência contra a mulher", "O aborto", "Igreja, concubinato, bastardos e mães solteiras") e também sobre cursos ministrados no Departamento de Ciências Sociais especificamente sobre a mulher ("Mulher, trabalho e participação política" e "Mulher, sexualidade e trabalho").

E o que está ocorrendo no Departamento de História? Ainda é difícil pensar-se em cursos de graduação sobre História da Mulher, quer como disciplina obrigatória, quer como disciplina optativa. Torna-se mais fácil aos especialistas nessa área oferecer aos alunos de Pós-Graduação algumas disciplinas com ela relacionadas inseridas na área mais ampla denominada História Social.

A História da Mulher ainda é encarada como "coisa de feminista" ou então como simples curiosidade fútil num leque de disciplinas que se propõe transmitir o essencial do saber histórico. Mesmo áreas mais claramente delimitadas e mais amplamente cultivadas, como a Demografia Histórica ou a História da Família, têm dificuldade em se impor num Departamento de tendência marxista-esquerdizante que não vê salvação fora da História política ou da análise dos movimentos e lutas sociais. Nem mesmo uma História da Mulher que fosse concebida fundamentalmente como um estudo das lutas femininas pela igualdade de direitos políticos, sociais ou econômicos seria bem aceita na medida em que não estamos perante uma verdadeira classe social.

É claro que há dificuldades teóricas e metodológicas na constituição de uma disciplina autônoma denominada História da Mulher. Abordaremos mais adiante esta questão. Mas quanto mais fortes e mais institucionalizadas estiverem disciplinas como História Social, Demografia Histórica, História da Família ou História do Quotidiano, tanto mais fácil será a penetração e a constituição de uma História da Mulher no meio acadêmico brasileiro.

Aquilo que a Universidade de São Paulo ainda não conseguiu devido ao peso da sua estrutura cristalizada na transmissão do saber histórico, ou devido à sua vocação terceiro-mundista e esquerdizante, pôde ser realizado, desde o fim da década de 70, por uma Fundação paulista, a Fundação Carlos Chagas, cujas pesquisadoras, ao fazerem um levantamento bibliográfico das pesquisas sobre a mulher, realizadas no Brasil a partir de 1976, tomaram, como critério de seleção do material, "a denúncia de um viés, daquilo que foi omitido pela produção científica; de um vício no conhecimento científico, o 'androcentrismo', que tornou invisíveis as mulheres enquanto atrizes sociais"¹.

A atuação da Fundação Carlos Chagas

O primeiro Projeto sobre a Mulher organizado pela Fundação Car-

1 — Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti, "Pesquisa sobre mulher no Brasil. Do limbo ao gueto?", in *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, 54:6, p. 6, agosto 1985.

los Chagas, e financiado pela Fundação Ford, foi em 1978 e logo em 1979 esta Fundação publicava uma bibliografia anotada sobre a mulher brasileira em que 177 estudos históricos foram descritos. É preciso contudo acentuar que a maior parte consistia em biografias de "heroínas" desde a Princesa Isabel que aboliu a escravidão em 1888 a Bárbara Heliodora, musa dos poetas do século XVIII². A única exceção a estas biografias heróicas eram os estudos de historiadoras norte-americanas (Ann Pescatello, Susan Soeiro e June E. Hahner) e um ou outro trabalho sobre as crianças abandonadas no século XIX, as mulheres dependentes que viviam agregadas em casa de outrem, a manumissão de escravas, a criminalidade feminina na Bahia no século XIX ou ainda sobre dotes, filhos ilegítimos e divórcio. Aparecia nessa bibliografia o meu primeiro artigo, "Sistema de casamento no Brasil Colonial", publicado em 1976. Já nessa época eu considerava como uma etapa prévia necessária ao estudo histórico sobre as mulheres a análise das instituições sociais mais relevantes para tal estudo, por exemplo, o casamento.

Em 1980 a Fundação Carlos Chagas publicou os primeiros resultados do Projeto Mulher de 1978 com o título *Vivência (História, Sexualidade e Imagens Femininas)*. Nele há que ressaltar quatro estudos históricos: Ilana W. Novinsky escreveu sobre "Heresia, mulher e sexualidade (algumas notas sobre o Nordeste brasileiro nos séculos XVI e XVII)"; eu própria apresentei um estudo sobre "O divórcio na Capitania de São Paulo"³; Miriam Moreira Leite, "A dupla documentação sobre mulheres nos livros de viagens (1800-1850)"⁴; e Pedro Maia Soares, "Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945)".

Utilizando-se da documentação das visitas dos Inquisidores à Bahia e Pernambuco em fins do séc. XVI, e inspirada principalmente pela obra de Michel Foucault, Ilana Novinsky apresentou um estudo interessante sobre a sexualidade feminina condenada pela Igreja e sobre as práticas de feitiçaria de mulheres que procuravam assim obter um bom relacionamento sexual com seus maridos. De um total de 49 denunciadas à Inquisição, 16 o foram por feitiçaria e 14 por sodomia, compreendendo-se neste crime sexual não apenas as relações heterossexuais contra a natureza, mas também as relações homossexuais. Não há dúvida de que o questionário minucioso e insistente dos Inquisidores sobre a vida sexual destas mulheres nos possibilita hoje uma rara docu-

2 — June E. Hahner, na introdução a *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 - 1937)* (S. Paulo, Brasiliense, 1981), também refere que "alguns dos primeiros estudos sobre mulheres foram sobre mulheres notáveis, mulheres 'importantes' omitidas da história tradicional", acrescentando tratar-se de "uma forma de história compensatória" que ainda representa "uma tentativa de encontrar mulheres adequadas para ajustá-las às categorias já existentes", sem se preocupar ainda com a "massa de mulheres na história".

3 — Deste primeiro concurso resultou também um outro artigo, "Casamento de escravos na Capitania de S. Paulo", in *Ciência e Cultura*, 32 (7), 1980, e finalmente o meu livro *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1984.

4 — Foi depois publicada pela autora uma antologia de textos de viajantes estrangeiros, *A condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX*, São Paulo/Brasília, Hucitec/INL, 1984.

mentação, inclusive sobre o prazer sexual, referido nas fontes inquisitoriais como "deleitação".

Já a documentação eclesiástica por mim utilizada no artigo sobre o divórcio em São Paulo no período colonial é menos rica sobre a sexualidade feminina e mais informativa sobre a vida conjugal. Com exceção de um, todos os processos de divórcio no Tribunal Eclesiástico foram conseqüência de uma queixa contra o marido e, muito embora os maus-tratos e o adultério fossem enfatizados, uma vez que estas eram as duas causas mais freqüentemente aceitas pela Igreja para a concessão do divórcio, outras razões eram apontadas revelando, por um lado, a insatisfação das paulistas do séc. XVIII com a sua vida conjugal e, por outro, a fronteira entre o aceitável e o inaceitável no relacionamento entre marido e mulher.

O artigo de Miriam Moreira Leite focaliza os relatos de cinco européias (três francesas, uma inglesa e uma austríaca), que estiveram no Rio de Janeiro na primeira metade do séc. XIX, deixando um duplo testemunho acerca da sua própria condição feminina e daquelas mulheres que observaram durante sua viagem ao Brasil.

Essas européias pertenciam a grupos sociais distintos, chegaram com idades diferentes, escreveram suas narrativas para publicação ou não, mas todas eram, ou tinham sido casadas. Apesar das limitações apontadas para este tipo de documentação (as narradoras não falavam a língua do país; tinham, como mulheres, menos possibilidades de observação do que os autores de relatos de viagem; e além disso não estavam especialmente interessadas em observar a condição feminina), é possível dela extrair informações valiosas e variadas que contribuem para pôr em dúvida alguns estereótipos transmitidos pela historiografia brasileira.

Um único pesquisador homem participou do Primeiro Projeto Mulher. Pedro Maia Soares pretendia analisar a imagem da mulher na ficção do Rio Grande do Sul, mas ao vasculhar bibliotecas e arquivos deparou com textos reivindicando direitos para as mulheres e eles foram aproveitados no artigo sobre o feminismo no sul do Brasil.

Pedro Maia Soares estuda principalmente a imprensa literária, na qual aparecem na década de 70 do século passado constantes defesas da educação e instrução da mulher. A Escola Normal, criada em 1869, abriu a primeira oportunidade profissional feminina e em 1873 Luciana de Abreu, que nela se formou, já defendia "a instrução superior comum a ambos os sexos". Muitas outras normalistas redigiram depois periódicos. Um deles, publicado em 1898, tinha como lema "Pela Mulher!" e um outro, editado por duas irmãs, durou de 1884 a 1944, constituindo, no dizer deste historiador, "uma caixa de ressonância do movimento feminista brasileiro".

O segundo Projeto Mulher, sempre subsidiado pela Fundação Ford, teve lugar em 1980 e parte das pesquisas então realizadas foram publicadas em 1983 no volume *Mulher, Mulheres*, do qual fazem parte três estudos históricos: um sobre a escrava ama-de-leite, tendo como base documental os anúncios de aluguel e venda de escravos em jornais do

Rio de Janeiro entre 1850 e as vésperas da abolição da escravatura, ou seja, a década de 80; um segundo sobre as mulheres operárias na primeira República; e um outro sobre uma das figuras femininas mais ligadas ao movimento anarquista no início do séc. XX⁵.

As autoras do primeiro artigo, como tantas outras pesquisadoras sobre a mulher, começam por denunciar: "Na nossa história há um duplo silêncio. Ao silêncio sobre as classes exploradas ('a história é a história das classes dominantes') soma-se o silêncio sobre as mulheres em geral 'a história é masculina'". Após esta denúncia nada mais natural do que tomar como objeto de estudo a mulher escrava, duplamente oprimida.

O recorte operado neste vasto e inexplorado tema salientou um tipo específico de mulher escrava: a ama-de-leite em meio urbano, tema extremamente interessante, mas que as autoras não souberam tratar em toda a sua complexidade. Não há dúvida de que é importante mostrar que em meio urbano a escrava, para amamentar a criança branca, se via obrigada a privar-se da sua própria maternidade, sendo-lhe retirada a "cria", como então se dizia. Mas é preciso inserir as exigências quanto à perfeita saúde das escravas dentro da polémica travada entre os médicos desde meados do século XIX. Muitos passaram então a defender que fosse a própria mãe a amamentar os filhos, como bem mostrou Jurandir Freire Costa em *Ordem médica e norma familiar*, publicado em 1979 e que as autoras aliás citam. De um total de 43 teses de Medicina utilizadas por este historiador, 10 dizem respeito ao aleitamento materno contraposto ao aleitamento mercenário, repetindo-se assim no séc. XIX uma polémica que já ocorrera na Europa no séc. XVIII.

O artigo sobre a mulher proletária no início do séc. XX mostra que, apesar das lutas então travadas por meio de greves e da imprensa operária, tanto homens como mulheres encaravam o trabalho feminino na fábrica como algo antinatural na medida em que prejudicava a função reprodutora e a função doméstica. Assim, em vez de as mulheres lutarem por uma igualdade salarial que as equiparasse aos homens, aceitaram que a exigência da luta operária fosse uma "proteção" do trabalho feminino, através de uma redução das horas de trabalho e da abolição do trabalho noturno. Uma legislação especial que protegesse a mulher no seu trabalho assalariado permitiria que ela prestasse "serviços gratuitos, fora do mercado, servindo ao homem e às suas crianças". E em 1932 as mulheres, tal como os menores, passaram a constituir um segmento especial da força de trabalho: "desprivilegiado, mal pago, operando tarefas rotineiras e classificadas como desqualificadas, sem oportunidades de carreira, mas protegidas"⁶.

5 — Elizabeth K.C. de Magalhães e Sônia Maria Giacomini, "A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?"; Maria Valéria Junho Pena e Elça Mendonça Lima, "Lutas ilusórias: a mulher na política operária da Primeira República"; Miriam Moreira Leite, "Maria Lacerda de Moura — Imagem e reflexo" in *Mulher, Mulheres*, São Paulo, Cortez Editora e Fundação Carlos Chagas, 1983.

6 — Em 1977 foi apresentada na Universidade de São Paulo por Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, uma tese de Mestrado sobre *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890-1920)*, publicada com o título *Mulheres e menores no trabalho industrial*, Petrópolis, Vozes, 1982.

O último estudo histórico centra-se numa complexa figura feminina, Maria Lacerda de Moura, professora da Escola Normal, escritora, jornalista, atraída primeiramente pelos movimentos feministas para depois passar ao anarquismo individualista e finalmente ao espiritualismo. Como escreve a historiadora, "seus trabalhos a respeito da emancipação da mulher, de educação e de política consideram a família, a escola, a Igreja Católica, o Estado e as leis como instituições opressoras, que podem ser superadas por indivíduos emancipados, porque esclarecidos, capazes de atingir uma harmonia fraternal"⁷.

Do terceiro Projeto Mulher, realizado em 1982, só um estudo histórico foi publicado nos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas (n.º 54, 1985), intitulado "Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial", da autoria de Luciano Figueiredo e Ana Maria Magaldi⁸. Trata-se de uma linha de pesquisa muito em voga nestes últimos anos e que investiga o papel das negras forras e escravas no pequeno comércio das vendas e no comércio ambulante durante o período intenso de mineração do ouro e diamantes em Minas Gerais, no séc. XVIII.

Importava aqui analisar de que modo estas mulheres de baixa condição social apareciam às autoridades como elementos perturbadores da ordem e da propriedade. Levando os negros escravos a consumirem os seus produtos, principalmente aguardente; fornecendo refúgio a negros fugidos e a contrabandistas de ouro e diamantes; incentivando a prostituição, os batuques e os folguedos da escravaria, essas mulheres viram-se circunscritas ao espaço urbano, sem se poderem aproximar das minas, sentiram sempre o controle das autoridades sobre o modo como faziam o seu comércio. Olhadas com desconfiança, mas ao mesmo tempo necessárias ao difícil abastecimento da área de mineração, elas foram constantemente vigiadas pelas autoridades civis e eclesiásticas também, uma vez que elas atentavam contra a moral vendendo os seus corpos. Infelizmente os autores não salientaram suficientemente a posse de escravas por negras forras, elemento importante para a compreensão da sociedade mineira do séc. XVIII.

Em 1986 teve início o quarto Projeto Mulher, cujos primeiros resultados serão conhecidos em agosto de 1987 e no qual estou participando com um estudo sobre a mulher e a transmissão da propriedade no Brasil colonial.

É preciso agora, para avaliarmos convenientemente a contribuição da Fundação Carlos Chagas aos estudos sobre a mulher, deixar claro alguns pontos: em primeiro lugar estes concursos estão abertos a pesquisadores de todo o Brasil, pertencentes ou não aos quadros acadêmicos; em segundo lugar os projetos até agora selecionados têm sido apresentados majoritariamente por mulheres; e, finalmente, eles pertencem

7 — Miriam Moreira Leite publicou ainda, em decorrência deste concurso, *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, S. Paulo, Ática, 1984.

8 — Anteriormente os autores tinham publicado, sobre o mesmo tema, "Negras de tabuleiro e vendeiras: a presença feminina na desordem mineira do séc. XVIII", in *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Cortez, 1984.

principalmente às áreas de Ciências Sociais. A participação de historiadores tem sido até agora muito reduzida, como o reconhecem as autoras de um artigo sobre a produção de estudos sobre a mulher entre 1975 e 1985: "A História, campo potencialmente fértil, tem sido pouco cultivada. A mulher suscitou pouco interesse por parte dos historiadores. Embora estudos interessantes tenham sido feitos nos últimos anos, são grandes as lacunas"⁹.

É certo que a produção histórica sobre a mulher tem sido mais escassa do que aquela que se observa em Ciências Sociais ou mesmo em Letras: na Universidade de São Paulo, entre 1970 e 1984, foram apresentadas apenas 4 teses (Mestrado e Doutorado), para 33 e 9, respectivamente, naquelas duas áreas. Mas é preciso observar que muito dos estudos históricos relevantes se inserem em outros domínios mais amplos do que a História da Mulher.

A Produção Historiográfica

Para que a História da Mulher tivesse condições para começar a ser escrita no Brasil foi primeiro necessário que a Demografia histórica, a História social e a História da Família operassem uma verdadeira revolução documental, procurando as suas fontes menos nos arquivos públicos e mais nos arquivos eclesiásticos. Quando estes passaram a abrir as suas portas aos pesquisadores, ali foi encontrada uma documentação relacionada com a vida quotidiana das populações: registros de batismo, de casamento e de óbito, dispensas de casamento para aqueles que pretendiam contrair matrimônio com parentes, processos de separação entre os casais, devassas em relação àqueles que viviam em concubinato, admoestações aos clérigos que não respeitavam o celibato religioso e tinham filhos ilegítimos etc.

A utilização desta nova documentação teve como conseqüência a passagem de uma história ao nível do macrossocial para uma outra que dava preferência ao microssocial, além de homens e mulheres atraírem simultaneamente as atenções. Ao contrário do que ocorria com as chamadas fontes políticas, estas apresentavam a vantagem de os dois sexos serem igualmente importantes do ponto de vista do historiador, que não mais podia estudar um sem levar o outro em consideração.

Também a busca nos arquivos públicos passou a privilegiar aquela documentação em que homens e mulheres apareciam como os painéis inseparáveis do mesmo díptico: mapas de população, inventários e testamentos, fontes judiciais e notariais, processos de legitimação de filhos ilegítimos etc.

O problema fundamental não consistiu portanto em reunir fontes suficientes para escrever a História da Mulher no Brasil, mas sim em separar claramente este domínio de pesquisa de outras áreas com os quais está imbricado: Demografia histórica, História da Família, História do Cotidiano.

9 — Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti, artigo citado, p. 8.

Em 1984, Maria Odila Leite da Silva Dias publicou *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Ana Gertrudes de Jesus*, título que exige uma explicação. Para o historiador brasileiro, este nome feminino imediatamente aponta para uma mulher de baixa condição social, negra ou mulata, ou mulher branca muito pobre. Assim, logo pelo título vê tratar-se de uma obra não sobre as mulheres de elite, mas sobre aquelas que tinham de ganhar a vida tecendo, costurando, fazendo pão ou vendendo mercadorias pelas ruas. Podemos classificá-la como uma história social de mulheres pobres. "Este trabalho — escreve a autora na introdução — é uma contribuição para o conhecimento dos papéis históricos de mulheres das classes oprimidas, livres, escravas e forras, no processo de urbanização incipiente da cidade de São Paulo, entre fins do século XVIII e às vésperas da abolição".

O fato da História da Mulher como área autônoma utilizar o mesmo tipo de documentação da Demografia histórica, da História da Família ou da História do Quotidiano, teve como consequência a adoção das mesmas balizas cronológicas adotadas pelos trabalhos naquelas áreas, ou seja, privilegiando o período colonial da História do Brasil e prolongando-o, quando muito, até meados do século XIX. O hiato até o aparecimento da história do movimento feminista na segunda década do séc. XX só é preenchido com a história da educação feminina.¹⁰

Não se pense, contudo, que a produção historiográfica neste domínio é abundante: apenas podemos contar com um livro, alguns artigos e poucas teses. Leda Maria Pereira Rodrigues publicou em 1962 *A instrução feminina em S. Paulo. Subsídios para sua história até a Proclamação da República*. Em 1960, na revista *Estudos*, de Porto Alegre, Elisabeth M. Ley teceu algumas "Considerações sobre a educação feminina nos internatos", mas já em 1943 Sílvia Tigre Maia escrevera na revista *Formação*, do Rio de Janeiro, sobre "A evolução intelectual feminina no Brasil". Mais recente é o artigo de Tírsia Regazzini Peres sobre "A instrução secundária feminina no Brasil: 1889-1930", em *Didática*, São Paulo, 1979.

Quanto a teses de Doutorado ainda não publicadas, temos a de Wanda Rosa Borges sobre o *Seminário de meninas órfãs e educandas de Nossa Senhora da Glória. Primeiros ensaios para a profissionalização feminina em São Paulo (1823-1935)*, apresentada em 1973. É o estudo de uma instituição ao mesmo tempo assistencial e educativa que recebia moças sem família e praticamente sem recursos. Entre 1825 e 1870 foi dirigida por senhoras laicas nomeadas pelo Presidente da Província; entre 1871 e 1935 foi entregue à direção de religiosas (Irmãs de São José de Chambery), embora continuasse a ser subvencionada pelo governo. O destino destas moças era, na segunda fase, freqüentar a Escola Normal, casar, ou ser professora particular ou pública. Raras foram aquelas que se tornaram modistas ou seguiram outra carreira profissional.

Embora sem ser propriamente um estudo de História da educação,

10 — Para o início do séc. XIX, ver o meu artigo "Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial", *Revista de História*, n.º 109, 1977.

mas relacionando-se com esta área, podemos citar a tese de Doutorado apresentada em 1983 à Universidade de São Paulo por Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, *Mulheres educadas. Rio de Janeiro do século XIX (1840-1890)*. Tomando como espaço para a pesquisa a capital do Império brasileiro, a autora contrapõe a versão masculina dos romancistas e homens de letras sobre o papel feminino na sociedade à versão das mulheres letradas que se fizeram ouvir através dos jornais por elas dirigidos. Foram seis os periódicos analisados: *O Jornal das Senhoras* (1852), *Belo Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1875) depois da proclamação da República transformado em *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889), *A Mulher*, publicado em Nova Iorque em 1881 por duas estudantes do Rio de Janeiro que queriam estudar Medicina e não podiam fazê-lo no país, e *A Família* (1889).

Analisando os 147 textos produzidos por 36 jornalistas, 58 foram classificados como textos de reivindicação e protesto. Eles falam da "emancipação da mulher", explicitando que "a mulher emancipada é a que tem na família e na sociedade os mesmos direitos que o homem". Os principais pontos defendidos por essas jornalistas foram melhores níveis educacionais, reconhecimento de profissões e de certas atividades, reforma da legislação matrimonial e direito de voto e de elegibilidade. E a autora, na conclusão, escreve que, apesar de serem em reduzido número, as mulheres que se manifestaram através destes periódicos romperam o estereótipo de um comportamento considerado por muitos como absolutamente passivo.

Tendo-se inspirado fortemente no trabalho da historiadora norte-americana June E. Hahner, que foi a primeira a utilizar sistematicamente a imprensa dirigida por mulheres e para mulheres, a autora inovou na medida em que soube contrapor discurso masculino e discurso feminino sobre os mesmos objetos, sendo o principal a educação feminina e o papel da mulher na sociedade.

Como a História da Mulher se desenvolveu e institucionalizou muito rapidamente nos Estados Unidos, é natural que também os especialistas norte-americanos de História do Brasil se tenham dedicado à nova área logo no início da década de 70. Em 1972 Ann Pescatello publicou em *The Hispanic American Historical Review* "Dona e prostituta: Growing up Female in Brazil", logo seguido em 1976 por *Power and Pawn. The Female in Iberian Families, Societies and Cultures*¹¹; Susan Soeiro, na mesma revista, 1974, "The Social and Economic Role of the Convent: Women and Nuns in Colonial Bahia, 1677-1800"; June E. Hahner, "Women and Work in Brazil, 1850-1920: A Preliminary Investigation"¹² seguido de "The Nineteenth Century Feminist Press and Wo-

11 — Há que lembrar também o livro do historiador inglês C.R. Boxer, *Mary and Misogyny. Women in Iberian Expansion Overseas, 1415-1815. Some Facts, Fancies and Personalities*, Londres, 1975.

12 — Em Dauril Alden (org.), *Essays Concerning History of Brazil and Portuguese India*, Gainesville, 1977.

men's Rights in Brazil"¹³; A.J.R. Russell-Wood, "Female and Family in the Economy and Society of Colonial Brazil"¹⁴; e Elizabeth Kuznesof, "The Role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: São Paulo 1765 to 1836", publicado em 1980 no *Journal of Social History*.

Este artigo de Elizabeth Kuznesof sobre o papel das mulheres chefes de família exemplifica bem a minha tese de que uma grande parte dos estudos históricos sobre a mulher no Brasil se inspira numa outra área de pesquisa mais desenvolvida e com os seus métodos claramente formulados: a Demografia histórica. A documentação utilizada é a mesma, os mapas ou listas de população, que revelaram elevadas porcentagens de fogos chefiados por mulheres, ao mesmo tempo que forneciam dados sobre as suas atividades econômicas¹⁵.

Esta contribuição dos historiadores norte-americanos à História da Mulher no Brasil, muito embora não tenha sido traduzida para o português, faz parte da bibliografia obrigatória dos especialistas na área e sem dúvida tem fornecido sugestões quer do ponto de vista temático, quer do ponto de vista metodológico.

Professora de uma disciplina intitulada História da Mulher nas Américas, na Universidade Estadual de Nova York, em Albany, June E. Hahner nos anos 70 pesquisou no Rio de Janeiro uma vasta documentação sobre as mulheres brasileiras no séc. XIX e suas atividades feministas. Em 1981, foi publicado em São Paulo o seu livro *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* e na introdução ela se questiona sobre esse novo campo da pesquisa histórica denominado História da Mulher, o que ele tem sido até agora e o que poderá vir a ser.

Para June E. Huhner, a História da Mulher não pode ser vista apenas como uma história de protesto, nem se concentrar nas mulheres famosas. Estudar as imagens de mulher ou os seus papéis sexuais é importante mas não suficiente. "Deve-se investigar a gama total de experiências de vida das mulheres, suas atividades, funções, problemas, percepções e valores", escreve ela na introdução daquela obra.

Como fazê-lo? Prossegue a historiadora norte-americana: "Não serão suficientes apenas os métodos e fontes tradicionais, especialmente as velhas abordagens políticas. Embora as metodologias da História Social e da História da Família se mostrem muito úteis, não devemos limitar-nos a elas". Novas abordagens devem ser tentadas e também

13 — Em Assunción Lavrin (org.) *Latin American Women: A Historical Perspective*, Westport, 1978.

14 — Em Assunción Lavrin (org.) *Latin American Women: Historical Perspectives*, Londres, 1978.

15 — Estas listas, bem conservadas no Arquivo do Estado de São Paulo, enumeram todos os habitantes (exceto os escravos nas listas feitas entre 1765 e 1776) com a indicação do nome, idade, estado civil, cor, lugar de nascimento, a relação com o chefe do fogo (mulher, filhos, agregados e escravos), ocupação, produção agrícola para subsistência ou comercialização, gado, produções domésticas como aguardente ou tecidos, localização da casa na rua, indicação das casas vazias. Nem todas as listas contudo fornecem todas estas informações, pois muitas vezes o recenseador simplificava o modelo. Elizabeth Kuznesof utilizou as de 1765, 1802 e 1836.

novas fontes com novos dados. A demografia, a psico-história, a história comparativa, aliadas às técnicas de história oral quantitativa, de biografia coletiva, e ao uso mais amplo da iconografia, muito têm a contribuir para os estudos históricos sobre a mulher.

Neste seu livro, June E. Hahner estuda o início da imprensa feminina no Brasil, as associações de mulheres e o movimento abolicionista, o feminismo, a educação superior e as profissões para as mulheres, o sufrágio feminino e a Assembléia Constituinte de 1891, as mudanças de atitude no séc. XX, e finalmente a conquista do voto.

História da Mulher e militância feminista

Enquanto muitos historiadores ainda se interrogam sobre a necessidade de se escrever uma História da Mulher separadamente de uma história do binômio homem/mulher, que hoje ocupa tantos campos da investigação como a Demografia histórica, a História da Família, a História do Quotidiano, para as líderes feministas a História da Mulher não constitui uma área problemática. Pensam, e é verdade, que a história tem sido escrita pelos homens de uma perspectiva masculina e que agora chegou o momento de historiadoras, e apenas mulheres, reescreverem a história, começando por mostrar que a metade feminina das sociedades nem sempre permaneceu silenciosa e que soube lutar pelos seus direitos, políticos ou civis.

A tendência, neste caso, é centrar a História da Mulher na história do movimento feminista e suas líderes. Logo em 1974, foi apresentada uma tese de Mestrado na Universidade Federal Fluminense, por Rachel Soihet, *Berta Lutz e a ascensão social da Mulher, 1919-1937*, e em 1986 outro Mestrado foi defendido na Universidade Federal do Paraná por Sônia Cristina Machado Lino sobre *As idéias feministas no Brasil (1918-1932)*.

Nestes trabalhos sempre se estabelece a comparação entre o movimento feminista brasileiro e o norte-americano ou europeu e as historiadoras insistem geralmente no caráter elitista, ou "burguês", da luta travada no início do séc. XX no Brasil pelo direito de voto.

Um exemplo claro da militância feminista na pesquisa histórica foi a tese de Mestrado de Branca Moreira Alves apresentada em 1977, no Rio de Janeiro: *Em busca de nossa história: o movimento pelo voto feminino no Brasil, 1919/1932, fatos e ideologia*. Além de colocar como epígrafe a frase de Simone de Beauvoir "Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens", a autora faz uma profissão de fé feminista: "Foi ao tomar consciência de mim mesma como mulher, isto é, como parte de um grupo que sofre diversas formas de exploração e inferiorização em nossa sociedade, que escolhi como tema de estudo o sexo feminino. É portanto como mulher que enfrento meu objeto de análise e me identifico com ele. Dessa maneira, não posso evitar envolver-me pessoalmente no tema. Diria mesmo que estou engajada, aceitando a conotação política do termo, já que tenho com este trabalho a esperança de poder contribuir para um maior conhecimento da mulher, a partir de uma abordagem feminista."

Há contudo que ressaltar o fato de esta autora não ser uma historiadora de profissão e de estar muito mais ligada à prática da Sociologia. Fazer pesquisa histórica foi um acidente de percurso, ligado à militância feminista, mais presente nas Ciências Sociais do que em História. Mesmo nesses campos a militância está hoje mais retraída do que na década de 70, como podemos ver nestas palavras escritas por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas: "As exigências da prática científica são diferentes das da prática militante. Aqui nos movemos no terreno dos estudos e somos obrigados a valorizar o sexo dos autores ou suas convicções, que estão longe de ser monócórdias, mas o rigor do procedimento, a qualidade do acabamento e a maestria no domínio das ferramentas da disciplina, a adequação entre meios e fins, a contribuição para a disciplina de origem." Reconhecem assim que "momento militante e momento científico, embora articuláveis, têm seus limites formais próprios"¹⁶.

A relação entre pesquisa e militância no final dos anos 70 era bastante controversa no Brasil, pois havia quem reclamasse das pesquisadoras sobre a mulher o engajamento político com a questão feminista. "Reivindicava-se que os estudos não fossem um fim em si, mas um meio de denúncia da desigualdade entre os sexos"¹⁷. Creio que hoje a situação mudou e isso se observa na própria temática dos trabalhos elaborados em Sociologia e Antropologia que, em vez de serem dominados pela linha marxista-esquerdizante, com ênfase na incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho capitalista, ou pela linha feminista-militante veiculada por uma "teoria da opressão", se diversificaram e assim se aproximaram daqueles que os historiadores vinham realizando. Apareceram estudos sobre mulheres em condições particulares: a negra, a índia, a idosa, a prostituta, a religiosa, a presa. Nos estudos sobre a família destaca-se o papel da mulher nas estratégias de sobrevivência, na chefia da família. Fazem-se análises da imagem da mulher na imprensa, seja nos periódicos redigidos por mulheres, seja naqueles a elas destinados. Acentua-se a "assimetria sexual no que se refere às diferenças de oportunidades educacionais, que passam a ser relacionadas às diferentes formas de socialização na família e na escola"¹⁸.

No fim da década de 80 estamos muito mais próximos de uma autêntica interdisciplinaridade (esse sempre foi o objetivo dos estudos sobre a mulher, embora não a tendo alcançado efetivamente) em que a História da Mulher, inserida ou não em outras áreas, deixa de ter um lugar reduzido, quando não marginal.

16 — Albertina de Oliveira Costa e Carmem Barroso na introdução a *Mulher, Mulheres*, São Paulo, Cortez, 1983, p.9.

17 — Albertina de Oliveira Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti, artigo citado, p. 13.

18 — *Ibid.*, p. 7-8.

Uma das características fundamentais dos estudos históricos sobre a mulher no Brasil me parece ser a adequação do questionário à documentação de que o pesquisador dispõe em arquivos e bibliotecas. Não quero com isto dizer que o historiador apenas coloque aquelas perguntas que sabe poderem ser respondidas de maneira completa e inequívoca. Muitas vezes o questionário força as respostas a partir de uma documentação que não estava preparada para tais perguntas. Assim, por exemplo, enquanto a interrogação sobre o trabalho da mulher se depara com informações, ainda que fragmentárias, suficientes, a curiosidade sobre a sexualidade feminina no passado encontra maiores dificuldades em ser satisfeita. Mas mesmo assim os processos da Inquisição têm permitido conhecer as práticas sexuais proibidas pela Igreja, mas existentes na sociedade colonial, e uma jovem geração de historiadores tem procurado conhecer a sexualidade feminina através de teses de Medicina ou tomado a prostituição como objeto de pesquisas, usando fundamentalmente a documentação fornecida pelas autoridades sanitárias a partir do século XIX.

As nossas perguntas sobre práticas contraceptivas, ou sobre o aborto, receberão certamente respostas vagas e insatisfatórias, enquanto a prática do abandono dos filhos encontra bases documentais sólidas desde a segunda metade do séc. XVIII. Exceto nos tratados de Medicina, a documentação se cala sobre a técnica do parto e seus rituais e a relação entre a mulher e os filhos de tenra idade é mais conhecida ao nível normativo do que ao nível do comportamento. A criança é a grande ausente da documentação e a única coisa que podemos saber sobre a educação feminina no Brasil colonial diz respeito às normas das primeiras instituições de ensino destinadas a meninas no início do séc. XIX.

Em relação ao Brasil, por um lado, o analfabetismo feminino vigente, e por outro, a ausência de imprensa, tornam praticamente inexistentes os textos escritos por mulheres, não só durante quase todo o período colonial, mas mesmo depois da criação das primeiras tipografias, no Rio de Janeiro em 1808 e na Bahia em 1811.

Não temos acesso direto ao discurso feminino senão tardiamente no séc. XIX e até então temos de nos contentar em conhecer os desejos, vontades, queixas ou decisões das mulheres através da linguagem formal dos requerimentos ou petições, manejada pelos homens. A linguagem masculina dos procuradores e advogados sobrepõe-se, deformando-a, a uma linguagem feminina original e inatingível.

Outra característica importante me parece ser a clara distinção entre as normas para o comportamento feminino, transmitidas através do discurso religioso, médico ou estatal, e o comportamento efetivo das mulheres no passado, mais remoto ou mais recente, uma vez que este comportamento pode ignorar ou contestar tais normas, e não interiorizá-las. Claro que toda sociedade em que circula a palavra escrita com maior ou menor intensidade (no Brasil colonial a relação oral/escrita pende fortemente para o primeiro) tende a criar estereóti-

pos femininos, quer se trate da obra de um moralista ou das páginas de um romance ou de uma revista. Tais estereótipos têm também sido objeto dos historiadores brasileiros, mas não há dúvida de que o estudo dos comportamentos apresenta um maior número de publicações.

Vejamus um exemplo. As normas católicas proibiam que os casais vivessem maritalmente sem estarem unidos pelo sacramento do matrimônio, mas estas normas eram muito pouco respeitadas no Brasil colonial, conforme se pode ver pelas devassas ou inquirições mandadas fazer pelo bispo na Capitania de Minas Gerais em 1737. Dos 350 crimes investigados, 306 eram casos de concubinato e, destes, 76,8% eram de homens e mulheres solteiros¹⁹.

Uma última característica há a apontar. Tal como nos estudos sobre a mulher realizados em Ciências Sociais, também a História da Mulher no Brasil pouco se preocupa com a elaboração de uma teoria ou com a importação de qualquer teoria existente num outro campo do conhecimento. Tudo se passa como se nesta fase o deslumbramento com a documentação a explorar, o afã em recuperar de alguma maneira a palavra de uma maioria por longos séculos silenciosa, a curiosidade em decifrar comportamentos ou em detectar lutas e rebeldias, se tivessem sobrepuesto ao desejo de encontrar teorias explicativas.

É certo que a grande maioria das historiadoras da mulher brasileira leu Simone de Beauvoir e *Le deuxième sexe* ou foi leitora atenta dos autores marxistas, mas tais leituras não são visíveis nos trabalhos realizados. Um serão feministas engajadas politicamente na ação (uma minoria), outras quererão muito simplesmente mostrar o reverso da medalha, apresentar como inseparáveis os dois componentes populacionais, os dois tipos de agentes sociais. O casamento e a família e as normas que regulamentam estas duas instituições fornecem o quadro conceptual básico, mesmo que se analisem formas de relacionamento sexual e de procriação à margem dessas mesmas normas.

Também os conceitos de trabalho e de sobrevivência econômica são centrais nos estudos históricos sobre a mulher, não tanto com o único objetivo de denunciar a exploração do trabalho feminino, mas com o de revelar as estratégias delineadas pelas mulheres na vida quotidiana. Nota-se uma nítida preferência pela análise e pela avaliação da esfera de decisão que cabia às mulheres nas sociedades passadas, assim como pelo estudo das atitudes de rebeldia e não conformismo que elas possam ter demonstrado. Estamos muito longe das "mulheres heroínas" da historiografia tradicional dominada por padrões de comportamento ditados por homens.

Perspectivas

A tendência predominante parece ser no sentido de continuar a in-

19 — Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, "Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato", em *Anais do Museu Paulista*, vol. XXXI, São Paulo, 1982.

serir a História da Mulher no campo mais vasto da História da Família, embora acentuando sempre as assimetrias entre os papéis masculinos e femininos²⁰, ou no da demografia histórica para cujas pesquisas a variável sexo sempre foi tão importante como as variáveis idade ou cor²¹.

As relações com a História Social se acentuarão cada vez mais, embora para June E. Hahner elas permaneçam "complexas, intrincadas e de difícil análise". Isto não significa que a História da Mulher seja apenas um ramo da História Social, mas sim que seria a história de uma entidade abstrata se os historiadores a escrevessem sem levar em conta, de uma maneira cada vez mais intensa, os grupos sociais e, o que no Brasil é mais importante, ainda, os grupos étnicos.

No que concerne ao período colonial, muitos estereótipos serão destruídos, por exemplo, o da branca recatada oposta à negra, ou mulata, promíscua. A documentação recentemente utilizada, e que precisa apenas ser mais minuciosamente trabalhada, já apontou para mães solteiras, para concubinas de padres, para adúlteras pertencendo à etnia branca.

A História da Mulher no Brasil manter-se-á sem dúvida sempre atenta, não só aos grupos sociais e aos grupos étnicos, mas também, dado que a escravidão persistiu até 1888, aos grupos jurídicos, separando o estudo das mulheres livres, do das forras e escravas, ou administradas, como foi o caso das indígenas durante parte dos séc. XVII e XVIII. Uma recente tese de Mestrado, apresentada à Universidade de São Paulo em 1986, já tomou como objeto de estudo os casamentos mistos do ponto de vista jurídico, mostrando que no séc. XVIII e início do XIX este tipo de aliança era mais freqüente do que os matrimônios entre escravos e apontando para estudos futuros sobre a miscigenação entre negros e índios.

Será talvez de esperar que se desenvolva também o estudo da mulher imigrante, uma vez que, a partir de meados do séc. XIX, o aumento da imigração européia, logo seguida da asiática, coloca problemas específicos. É certo que a emigração é um fenômeno predominantemente masculino, mas isso não significa que algumas mulheres não tenham tido a coragem de abandonar sozinhas o seu país para tentar a vida num continente desconhecido. E mesmo aquelas que se limitaram a seguir maridos ou pais assumiram na sociedade brasileira um papel claramente distinto do das brasileiras natas. Os historiadores especialistas em

20 — Foi o que eu fiz no meu livro *Sistema de casamento no Brasil colonial*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1984 e outros historiadores podem ser citados: Raquel Lopes Domingues da Costa, *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*, Mestrado na Universidade de São Paulo, em 1986; Alida Metcalf, *Families of planters, peasants, and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*, Doutorado, Universidade do Texas em Austin, 1983; Eni de Mesquita Samara, *A família na sociedade paulista do séc. XIX*, Doutorado, Universidade de São Paulo, 1980.

21 — Ver Altiva Pilatti Balhana, *Famílias coloniais — fecundidade e descendência*, Curitiba, 1977; Iraci del Nero Costa, *Populações mineiras*, São Paulo, 1981; Maria Lúiza Marcílio, *A cidade de São Paulo, povoamento e população, 1750-1850*, São Paulo, 1974.

imigração, muito embora não tenham até agora atentado nas diferenças de acordo com a variável sexo, não deixam de acentuar que foram as mulheres imigrantes as que mais contribuíram para a manutenção dos valores culturais do país de origem: religião, tradições tecnológicas, familiares ou culinárias, a própria língua. E muito há a fazer não só no sentido de analisar a divisão sexual do trabalho nas famílias imigrantes, como também no de estudar a imigrante solteira que ia engrossar as fileiras da domesticidade branca, em substituição da escrava, ou reforçar a prostituição urbana.

Há indícios ainda de que a historiografia brasileira sobre a mulher venha a interessar-se, à semelhança do que já se verifica nas Ciências Sociais, por mulheres em situações específicas, por exemplo a prostituta, ou a criminosa, ou a religiosa. Já em 1973 foi apresentada à Universidade Federal da Bahia uma tese de Mestrado sobre *Criminalidade feminina na Bahia do séc. XIX*; Susan Soeiro foi uma precursora dos estudos sobre as instituições religiosas para mulheres; e uma nova geração de historiadores do Rio de Janeiro começa a fazer a história da prostituição.

Ao publicar em 1978 uma antologia de textos sobre *A mulher no Brasil*, June E. Hahner escrevia: "Um estudo consistente da mulher brasileira deve incluir sua vida pública e privada, situação jurídica, vida familiar, poder político e papéis econômicos e sociais desempenhados através da história do país, nas várias regiões, tanto nas cidades quanto no campo, e entre os diversos grupos sociais". A sua seleção de textos privilegia a "diversidade da vida das mulheres no Brasil" e não focaliza em especial os movimentos feministas ou sufragistas.

Ora a tendência mais geral da historiografia brasileira sobre a mulher é apontar e estudar essa diversidade, essa complexidade de papéis e de funções, desviando-se cada vez mais das lutas pela conquista de um espaço político como o foco principal de interesse.

Gostaria apenas de acrescentar um último ponto não ressaltado por June E. Hahner. O que falta na História da Mulher no Brasil são estudos que levem em conta a variável idade, ou que, pelo menos, utilizem convenientemente o conceito de geração. Até hoje nos preocupamos mais com saber se estamos lidando com casadas ou solteiras, com brancas, negras, mulatas ou índias, com livres, forras ou escravas, com ricas ou pobres, com letradas ou analfabetas, com trabalhadoras ou ociosas, esquecendo-nos que muitos comportamentos e papéis se vinculam fortemente a determinadas faixas etárias. Se excetuarmos os estudos de História da Educação feminina, focalizando principalmente a criança e a adolescente; ou aqueles mais relacionados com a Demografia histórica para os quais a fecundidade constitui um dado relevante, sempre a História da Mulher procede como se as mulheres estudadas não tivessem idade. Ora me parece provável que, agora que as Ciências Sociais no Brasil se dedicam a estudos sobre a velhice e os velhos começam também a aparecer na historiografia européia, a variável idade seja trabalhada com maior freqüência.

